

Em Outubro



JEF

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
 Mensal | nº 245 | Setembro '10 | 0,50 Euros



**A mudança
 começa na Escola
 com os Professores**



Mas será que ninguém põe mão nisto?!

Casos de ilegalidade nos horários são mais do que muitos e a FENPROF reuniu com a Inspeção-Geral de Educação para perceber o que está a ser feito para pôr cobro a este assalto aos direitos e a esta constante violação da lei.

Desdobram-se os problemas com a constituição de turmas e a administração educativa não tem qualquer pejo em distribuir alunos do mesmo ano de escolaridade por outras turmas com outros anos, no 1.º CEB, tudo em nome da poupança e da redução da despesa. Há turmas com muito mais de 2 alunos com NEE e com mais de 20 alunos, ao mesmo tempo que não se cumpre a lei no desdobramento de turmas (18 alunos segundo a lei). O ME está a impor que tal só ocorra ao 25.º aluno.

Há escolas a reservar 2 horas na componente individual para reuniões não ocasionais e, no terreno, encontramos muitos professores obrigados a fazer serviço em 2, 3 ou mais escolas, e muitos, muitos quilómetros semanalmente. Tudo por via da criação dos famigerados mega-agrupamentos. Há procedimentos concursais pouco claros para as AEC em que se exige carro próprio... e ninguém põe mão nisto?!

A reunião realizou-se, sendo que da IGE, de forma muito titubeante, sabendo da ilegalidade, reconhece que fecha os olhos. Em nome da crise? Será! ●



INFO www.fenprof.pt

Professores denunciam ilegalidades em horários

É tempo de dizer "Basta"! Muitos professores recorreram aos tribunais, começando a surgir os primeiros acórdãos favoráveis, e, já este ano, deram a conhecer aos Sindicatos da FENPROF, as ilegalidades que continuam a ser cometidas com os seus horários, bem como na constituição de turmas que desrespeitam as normas estabelecidas. A FENPROF levou o caso à Inspeção Geral de Educação e aguarda desta o inevitável: uma intervenção que ponha cobro a esta vergonha! ●



Isabel Alçada

O problema não é o vídeo com que decidi brindar-nos na abertura do ano lectivo. O problema é mesmo a forma como se deu a abertura e que Isabel Alçada, apesar das suas responsabilidades, desvaloriza: aumento brutal da precariedade docente, falta de professores nas escolas, falta de auxiliares, confusões e desorganização nos mega-agrupamentos, desrespeito por normas para constituição de turmas e elaboração dos horários dos docentes, entre muitos outros problemas que Isabel Alçada... não viu! ●



4 Em foco

Novo ano carregado de velhos e confrontado com novos problemas

6 Actual

Horários de trabalho: Tribunais dão razão a professores

8 Actual

Horários de trabalho docente: Abusos de novo na ordem do dia

Anabela Delgado

9 Reportagem

Os desafios do ensino português no estrangeiro e a situação sócio-profissional dos docentes

José Paulo Oliveira

11 Acção

De que serve lamentar a precariedade? É preciso é que a combatas!

João Loureiro



14/18
Dossier

A Luta dos Trabalhadores da Administração Pública

Decisões da Cimeira da Frente Comum

19 Internacional

Fórum Mundial da Educação: Pela primeira vez na Europa

Henrique Borges

20 Sociedade

Paz sim! Nato não! Campanha em defesa da Paz Manifestação Nacional em 20 de Novembro

22 Divulgação

Dia Mundial do Professor e homenagem a Salvado Sampaio

23 Culturais

Jazz na Casa da Música, "Cravo" em Óbidos, "Hedda Gabler" no São Luiz e uma exposição evocativa dos 40 anos de luta, da CGTP-IN.

... um mar imenso de tarefas e de problemas que transformou a abertura do presente ano lectivo, numa das mais preocupantes dos últimos anos. Enquanto isso se passa nas escolas, o ME distrai-se divulgando vídeo que, estilo à parte, é um verdadeiro vazio de conteúdo e promovendo iniciativas para jornalista ver.



Três notas de uma só preocupação: o futuro!

Nota 1: Por 30 moedas (de cêntimo)

Da ficção à realidade vai um passo curto: o que nos permite passar, neste início de ano lectivo, dos discursos dos governantes à vida nas escolas. Estas abriram portas até 13 de Setembro, claro, outra coisa não se esperava, ainda que algumas sob pressão e ameaça da administração educativa. Mas, dentro dessas portas, as dificuldades são imensas, pois as escolas confrontam-se com uma forte precariedade e instabilidade do corpo docente, escassez de trabalhadores não docentes, problemas novos e complexos que foram criados pela imposição de mega-agrupamentos, respostas sociais inadequadas a alunos que serão obrigados a mudar de escola por terem encerrado a sua, falta de apoios para alunos com necessidades educativas especiais, desrespeito por normas para a constituição de turmas, horários de trabalho dos docentes sem adequação pedagógica, regime de gestão que não apela ao envolvimento e à vida democrática, implementação do regime de avaliação... um mar imenso de tarefas e de problemas que transformou a abertura do presente ano lectivo numa das mais preocupantes dos últimos anos. Enquanto isso se passa nas escolas, o ME distrai-se divulgando vídeo que, estilo à parte, é um verdadeiro vazio de conteúdo e promovendo iniciativas para jornalista ver.

O aumento de 30 cêntimos no apoio à aquisição de livros por famílias carenciadas é um retrato fiel desta abertura de faz-de-conta (que está tudo bem)...

Nota 2: E agora, cortar os dedos?

É evidente que o Governo, quando apresentar a sua proposta de Orçamento de Estado para 2011, procurará forma de enganar os distraídos, bem como os que se propõem ser enganados. Decerto que, no âmbito da Educação, muito terá a disfarçar, a crer, pelo menos, nos sinais que frequentemente nos chegam.

O problema é que, ao ponto a que as coisas chegaram, por grande que seja o embuste não é já disfarçável o estado de subfinanciamento a que chegou a Educação e as suas consequências no sistema, nas condições de funcionamento e de trabalho nas escolas e, de uma forma geral, na qualidade educativa.

Esclarece o recente relatório da OCDE (Education at a Glance 2010) que o problema da Educação em Portugal não é gastar-se mal o muito que há (como afirmava L. Rodrigues)... é mesmo não haver investimento! O Estado Português gasta menos 1.200 euros por aluno do que a média na OCDE e as verbas para a Educação, em Portugal, tendo como referência o PIB, ficam 0,7% abaixo da média da Organização.

Face a este quadro, compreendemos que continuar a cortar seria catastrófico e imperdoável. Não perdoaria a Escola, como não poderia perdoar a Sociedade.

Nota 3: São precisas metas... e percursos para as atingir!

O Governo estabeleceu metas para a Educação até 2015 que passam por reduzir o abandono e o insucesso e aumentar níveis de sucesso em Português e Matemática. Fez bem, mas fez o mais fácil. Importante, ainda que difícil, seria divulgar que medidas serão tomadas para alcançar as metas. Afirmar, como fez a Ministra, que confia na autonomia das escolas é muito pouco e, provavelmente, nem as escolas agradecem tal voto de confiança, pois já adivinham qual a justificação caso de não se alcancem as metas. Ficamos, assim, com a sensação do "já visto"... é que já vimos reduzir abandono pela via estatística e baixar insucesso pelo caminho (do) mais fácil e sabemos que isso não serve.

Não se condena quem quer alcançar metas, mas não se absolvem os que, para reduzir o esforço, fazem batota tomando "doping". ●

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redacção e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Director: Mário Nogueira | Chefe de Redacção: Luís Lobo | luis.lobo@sprc.pt | Conselho de Redacção: Abel Macedo (SPN), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redacção: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 62.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | Edição, Distribuição e Publicidade: EDITPROF - Publicações, LDA | NIPC: 509434720 | Capital Social: 5.000,00 euros | Registo: Conservatória do Registo Comercial - R.N.P.C. Lisboa | Sede: R. Fialho de Almeida, n.º 3 - 1070 Lisboa. O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Escola Pública corre sérios riscos

Novo ano carregado de velhos e confrontado com novos problemas

"Fácil é mandar abrir escolas: a bem ou a mal!... O pior são os gravíssimos problemas que se estão a viver na abertura do novo ano escolar", sublinhou Mário Nogueira, na conferência de imprensa que a FENPROF realizou no dia 13 de Setembro, em Lisboa. O Secretário Geral da Federação esteve acompanhado neste encontro com os profissionais da comunicação social pelos dirigentes António Nabarrete (SPGL), Manuela Mendonça (SPN), Anabela Sotaia (SPRC) e Joaquim Páscoa (SPZS).



Mário Nogueira apresentou e comentou uma declaração do Secretariado Nacional da FENPROF em que se alerta logo no início:

A Escola Pública corre riscos! É a conclusão a que se chega se tivermos em conta, por um lado, a falta de investimento e as medidas que o Governo do PS vem impondo na Educação e, por outro, as propostas do PSD para revisão de princípios constitucionais, nomeadamente na Educação.

E mais adiante:

A preparação do ano lectivo 2010/2011, pelo Governo começou no final do ano, transacto com a imposição de medidas como o encerramento de mais escolas do 1.º Ciclo e a criação de mega-agrupamentos, a par de outras, de menor alcance mas não menos gravosas, como a alteração de critérios para a constituição de turmas CEF, ou a redução do número de professores-biliotecários.

É, pois, num **quadro extremamente complexo e difícil** que as escolas iniciam o ano, confrontadas com inúmeros problemas, de onde se destacam os seguintes:

- Um **fortíssimo agravamento dos níveis de precariedade docente** que potenciam um quadro de crescente instabilidade nas escolas;

- A **instalação dos mega-agrupamentos**, com as consequências que daí advêm, entre outras, redução de horas e horários, itinerância de docentes, transferências de alunos e ainda a constituição de novos órgãos, a aprovação de novos Projectos Educativos, Planos de Actividades e, de uma forma geral, a sua completa reorganização num quadro de maior dimensão e maiores restrições;

- O **lançamento de mais um processo de avaliação de desempenho** – aprovação de instrumentos, elaboração de registos, nomeação de relatores, constituição de comissões e júris, observação de aulas

– que, no final do ano, será avaliado e inevitavelmente alterado;

- A **manutenção do regime de horário de trabalho dos docentes**, verdadeira aberração pedagógica, agravado pela realização de um número crescente de reuniões nas escolas e pela atribuição de tarefas que dificultam o desenvolvimento do que é essencial na actividade dos docentes: o trabalho com os seus alunos;

- A **gestão das escolas** que não sofreu qualquer alteração, nem sequer em aspectos que se situam no plano organizacional, como sejam a constituição e presidência do Conselho Pedagógico ou a reorganização dos departamentos curriculares e a designação dos seus coordenadores;

- As regras para a **integração de alunos com NEE** nas turmas que, não só se mantiveram com as claras insuficiências que apresentam – decorrentes da aplicação da CIF –, como, em muitos casos, estão a ser desrespeitadas;

- Uma evidente **falta de pessoal auxiliar**. As aposentações não foram compensadas com novos contratos, muitos municípios não conseguem responder, como é agora sua responsabilidade, às necessidades das escolas e os problemas agravam-se por esta razão;

- O arrastamento de uma **pseudo-resposta social no 1.º Ciclo**, sob a forma de Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), cujo modelo, apesar de muito criticado e até rejeitado em diversas das suas vertentes, não mereceu qualquer alteração;

- Uma **acção social escolar que não se reforça** como se exigia num momento de crise social e económica em que a estagnação de salários e o aumento dos níveis de desemprego e precariedade provocam um significativo empobrecimento das famílias;

Esta é a realidade neste momento de abertura de mais um ano lectivo. Uma realidade que é indistigável, por muito que seja o esforço que a Ministra da Educação e o Primeiro-Ministro procurem fazer. **Uma coisa é o que os governantes pretendem que pareça com as suas rápidas e mediáticas incursões nas escolas, outra o que as escolas vivem no seu dia a dia.**

O preocupante ano de 2011 e o seu orçamento de estado

O ano lectivo que se inicia desenvolver-se-á, na sua maior parte, em 2011, ano que, a partir de Janeiro, se sujeitará a um novo Orçamento de Estado.

Pelo que se sabe, tal orçamento irá conter cortes na Educação que terão sido propostos, até 31 de Agosto passado, por uma comissão criada pelo Governo com esse único propósito. Uma comissão comandada pelas Finanças e destinada a reduzir verbas. Mas reduzir em quê?!

Os dados divulgados, há dias, pela OCDE são esclarecedores:

- Portugal investe menos 1.200 euros por ano e por aluno do que a média dos países da OCDE;

- As verbas para a Educação representam apenas 5,5% do nosso PIB, quando a média da OCDE é de 6,2%, e isto não obstante os constrangimentos e atrasos estruturais que persistem;

- Portugal continua a apresentar das mais elevadas taxas de abandono e insucesso escolar e das mais baixas qualificações dentro da OCDE.

Se juntarmos a estes problemas, que constituem défices graves a superar, o grande desafio que constitui o alargamento efectivo da escolaridade obrigatória para 12 anos, somos levados a concluir que, na Educação, não há margem para serem cortadas ainda mais verbas, pois a situação que se vive é já de verdadeiro sub-financiamento.

É neste quadro negativo, que efectiva-



Uma abertura para não esquecer, pelos piores motivos

O “corte cego na despesa está na raiz dos problemas com que as escolas e os agrupamentos se confrontam” é uma constatação do levantamento realizado pelo SPRC na abertura de mais um ano lectivo. Na região centro, o Sindicato constata um elevado agravamento dos níveis de precariedade docente, uma grande instabilidade nas escolas em resultado do regime de concursos, das suas regras de colocação, mas também da sua violação. Grande factor de perturbação na abertura de mais um ano lectivo, refere a nota distribuída à comunicação social, está a ser o encerramento de escolas do 1.º ciclo e as suas consequências sociais e educativas, a imposição de mega-agrupamentos e as dificuldades daí decorrentes ao nível de circulação da informação, da redução brutal do crédito global de horas, da deslocação de docentes entre escolas do mesmo agrupamento, a desestruturação das escolas que existiam, bem como da supressão de postos de trabalho e do afastamento dos cidadãos deste serviço público e dos seus centros de decisão.. para o SPRC a manutenção do actual regime de horário de trabalho, o aumento abusivo do número de alunos por turma e a redução não compensada de pessoal auxiliar de acção educativa e de pessoal administrativo, são outros dos aspectos inventariados e que deveriam merecer uma atenção especial e particular do governo. Em relação à falta de pessoal, para o SPRC esse é um dos motivos centrais que levam a um deficiente apoio às actividades lectivas e à acção dos professores, ao desaparecimento, em muitas escolas, do apoio às NEE, à externalização de serviços como de bar e refeitório e o cada vez mas deficiente acompanhamento e vigilância dos recreios e espaços exteriores das escolas.

O SPRC tece ainda duras críticas à forma como as AEC se mantêm à margem dos objectivos do sistema educativo e das necessidades das escolas do 1.º ciclo, interrompendo as actividades lectivas, obrigando pais a inscrever os seus filhos neste serviço, apesar de facultativo, e prolongando os tempos escolares dos alunos.

O SPRC irá, em breve, apresentar publicamente um relatório sobre a situação dos laboratórios escolares, das suas condições de funcionamento e de utilização, bem como de segurança. | LL •

Horários de trabalho

Tribunais dão razão a professores

São muitos os atropelos da administração educativa à legalidade, sobrecarregando a já penosa situação profissional de muitos docentes com ainda mais graves decisões violadoras dos direitos que se encontram consagrados.

Nos últimos anos têm-se multiplicado os processos relacionados com horários de trabalho, de que é mais célebre o que opôs professores a Maria de Lurdes Rodrigues por não cumprir as determinações do ECD que obrigavam ao pagamento de horas extraordinárias aos docentes que se vissem confrontados com a necessidade de realizar actividades de substituição com os alunos.

Daí para cá, a administração educativa e algumas direcções de escola têm tentado obstaculizar o respeito pelos direitos consagrados ao horário de trabalhador da administração pública, de 35 horas semanais,

procurando fugir ao pagamento de serviço extraordinário.

O SPRC nunca desistiu de lutar pelo respeito pelo horário de trabalho dos trabalhadores que representa e, também pela via jurídica, desencadeou processos que começam agora a ver confirmada a razão da sua existência. Trata-se de processos apoiados pelos serviços jurídicos do SPRC e que visam o respeito pelo direito à greve dos docentes de cursos de educação e formação e à compensação pecuniária das horas de trabalho em excesso, designadamente as que decorrem da realização prolongada de reuniões de direcção pedagógica dos estabelecimentos de educação e ensino.

Os casos que a seguir apresentamos servem de exemplo e reforçam a ideia de que vale a pena lutar, exigir, reclamar quando temos razão. ●



→ mente atenta contra a Escola Pública, que o ano lectivo se inicia. Um quadro que resulta de uma política educativa desajustada e de desinvestimento que sucessivos governos, com destaque para os dois últimos, têm desenvolvido.

Não serão, porém, as propostas do PSD que, caso se concretizassem, resolveriam esta crise. Pretender retirar da Constituição da República Portuguesa o carácter “tendencialmente gratuito” da Educação ou introduzir-lhe o designado conceito de “liberdade de opção” – que traduz, na verdade, a intenção de privilegiar o privado em detrimento do público – significa pretender aprofundar ainda mais o ataque à Escola Pública que tem vindo a ser desferido.

Pela nossa parte, FENPROF, e certos de que contamos com o apoio da generalidade dos professores e educadores portugueses, resistiremos a tais ataques e lutaremos por uma Escola Pública de qualidade, gratuita e verdadeiramente inclusiva. É nesse quadro, que a FENPROF promoverá, em 9 de Outubro – sábado – uma sessão evocativa do Dia Mundial dos Professores que contará com a presença de figuras destacadas da Educação: a Doutora Ana Maria Bettencourt, Presidente do CNE, o Doutor Rui Canário e professores de Espanha e França. Terá também lugar uma homenagem a um grande Homem e Pedagogo, que este ano nos deixou, o Professor Rogério Fernandes.

Neste Dia Mundial dos Professores pretendemos abordar a Educação numa perspectiva ampla, não só evocando os professores e a sua profissão, mas deixando clara a sua importância, como de todos os cidadãos, neste momento de ataque, para a defesa da Escola Pública.

Caso este rumo não mereça uma forte viragem, diversas iniciativas, acções e lutas serão levadas por diante. Em tempo oportuno, a FENPROF apresentá-las-á e mobilizará os professores e educadores para as concretizar. ●

Fichas

Nesta conferência de imprensa, a FENPROF divulgou três fichas para divulgação e recolha de dados nas escolas, sobre:

- Encerramento de escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico;
- Avaliação do desempenho (detecção de problemas de implementação);
- Problemas nos mega-agrupamentos.

VÍTOR MANUEL TEIGA JANUÁRIO

Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro

“Na Escola Secundária da Gafanha da Nazaré (em 2007-2008), no Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha (em 2008-2009) e na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro, em Caldas da Rainha (em 2009-2010), pagaram-me como extraordinário o serviço que fui obrigado a repor por não o ter realizado em dias de greve.”

Vítor Janeiro

Breve memória

Curso CEF – Este professor fez greve e, portanto, não deu aulas. As escolas obrigaram-no repor as aulas. Vítor Janeiro assim fez. Exigiu pagamento das aulas repostas (horas extraordinárias). Nalguns casos houve dúvidas da parte da direcção da escola, mas tudo está resolvido, neste momento.

JF – O que motivou a tua acção em torno desta matéria?

VJ – A reposição do serviço relativo às aulas de Cursos Profissionais e de C.E.F. suscita inevitável incómodo por partir da necessidade de a escola fazer cumprir as horas de formação que os alunos têm de frequentar, sonhando completamente a existência de um direito de trabalhadores com argumentação direccionada apenas para os deveres que esta determinação recorda. É, pois, a assunção de uma exigência ditada pelo Ministério da Educação, que se sustenta exclusivamente na necessidade de assegurar a dotação da entidade que maioritariamente financia o POPH. No entanto, este requisito tem desprezado, em absoluto, a garantia indubitável dos direitos laborais dos docentes/formadores. Efetivamente, a leccionação de tempos correspondentes a dia de greve deveria, no mínimo, ser remunerada como serviço extraordinário, consoante no recibo de vencimento sem a necessidade de qualquer solicitação do docente. Esta é, evidentemente, uma solução de recurso, pois as disposições comunitárias (criadas pelos Estados membros) não podem ignorar os direitos do trabalho. Como não se evidencia o respeito por estes, obviamente que o Governo Português não estará empenhado em suscitar a revisão desta imposição, mas haverá, certamente, quem se disponha a levantar o problema noutros organismos europeus por iniciativa sindical, uma vez que tem sido esta a fomentar e a apoiar as intervenções de reclamação

nas escolas e de denúncia pública.

JF – Esta é uma prática que recomendas como forma de fazer valer os nossos direitos?

VJ – Considero fundamental a acção individual de cada docente, pedindo fundamentação para a reposição das aulas que estavam previstas para o dia em que esteve em greve. Além disto, é indispensável requerer o pagamento de serviço extraordinário, evitando até que este constrangimento seja dissuasor do exercício daquele direito. São actos que carecem sempre de acompanhamento pelos serviços jurídicos dos sindicatos e que devem reforçar a participação nas acções reivindicativas que visam a melhoria das condições de trabalho (específicas da docência e comuns a outros trabalhadores, porque as medidas políticas estão interligadas)

ANTÓNIO JOSÉ MARTINS ALVES FERREIRA

Escola Secundária Avelar Brotero

“Os conflitos sérios têm formas próprias de serem resolvidos: pedidos de esclarecimento, reclamações por escrito, recursos hierárquicos e, quando é necessário, tribunais. Nestes casos o apoio do sindicato é inestimável. O meu sindicato é o meu Seguro Profissional.”

António José Ferreira

Breve memória

CEF de Gestão Ambiental
Fez greve no dia 30.11.2007. Não deu 2 aulas. Escola mandou repor. Colega assim fez. Exigiu pagamento de horas extraordinárias. Indeferido. Recorreu-se ao TAF de Coimbra através dos serviços jurídicos do SPRC. Tribunal decidiu condenar “o Réu Ministério da Educação a, por meio da Exª Presidente do CE ou Director da Escola Secundária Avelar Brotero, praticar o acto devido de mandar processar o pagamento ao associado do Autor da quantia de 84,12 €, enquanto remuneração de serviço docente extraordinário prestado por aquele no dia 18/12/2007 inerente a duas aulas de 90 minutos ministradas ao curso CEF de Gestão Ambiental. Ao sobredito montante acrescem juros de mora à taxa legal de 4% desde a 31 de Dezembro de 2007, exclusive. Custas pelo Réu...”

JF – O que motivou a tua acção em torno desta matéria?

AJF – Tenho muitos deveres como professor, mas também tenho alguns

direitos. Esforço-me ao máximo para cumprir os meus deveres e procuro não prescindir dos meus direitos. Tenho o direito de fazer greve sem ser penalizado por isso e, neste caso, achei que estava a ser penalizado por ter feito greve. Foi isso que me fez avançar para o tribunal.

JF – Esta é uma prática que recomendas como forma de fazer valer os nossos direitos?

AJF – Devemos evitar ao máximo os conflitos, mas quando eles surgem não podemos ignorá-los sistematicamente. Em geral, não faço reclamações verbais. Nunca fui de lavar protestos para actas a que ninguém liga. Os conflitos sérios têm formas próprias de serem resolvidos: pedidos de esclarecimento, reclamações por escrito, recursos hierárquicos e, quando é necessário, tribunais. Nestes casos o apoio do sindicato é inestimável. O meu sindicato é o meu Seguro Profissional.

MARIA AMÁLIA PEREIRA MARTINS

Agrupamento de Escolas António José de Almeida, em Penacova

Breve memória

Horário para o ano escolar 2008/2009 com a seguinte mancha: componente lectiva (20 tempos), CNL (4 tempos) e trabalho individual (11 tempos), a que acrescem 2 tempos para outras actividades (a chamada 3ª coluna), totalizando 35 horas semanais. Verificou-se, entretanto, que foram marcadas, entre outras, as seguintes reuniões do Departamento de Ciências Sociais e Humanas: dias 16 de Outubro, 13 de Novembro de 2008, 15 de Janeiro, 12 de Fevereiro, 12 de Março, 7 de Maio, 4 de Junho e 8 de Julho de 2009. Entendemos que não podiam ser consideradas ocasionais. Assim, sempre que se realizou uma das reuniões (duração aproximada de duas horas), a professora passa a cumprir um horário semanal de 37 horas e não de 35 horas. Foi feito o pedido de pagamento de horas extraordinárias, tendo sido indeferido. Foi feito recurso ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, através dos serviços jurídicos do SPRC, exigindo-se o pagamento de horas extraordinárias. Este Tribunal deferiu a pretensão, mandando pagar as horas extraordinárias.

Horários de trabalho docente

Abusos de novo na ordem do dia

Após sucessivos adiamentos e promessas por parte dos responsáveis políticos do Ministério da Educação e, apesar da própria ministra da Educação ter assumido em declarações públicas a necessidade de alterar os horários de trabalho no sentido dos docentes terem tempo para aquilo que é essencial na profissão docente trabalhar directamente com as crianças e jovens e preparar, com tempo, esse trabalho, confrontámo-nos com a imposição de um despacho sobre a organização do ano lectivo que, no essencial, significa "mais do mesmo"!

As primeiras notícias que chegam das escolas sobre os horários distribuídos mantêm, no essencial, os mesmos vícios dos anos anteriores, particularmente no que se refere às reuniões. A título de exemplo:

Horários com a componente de trabalho de estabelecimento completamente preenchida com actividades de todo o tipo e previsão do tempo de reuniões no número de horas para trabalho individual, como se na legislação (ECD e despacho 11 120-B/2010) não estivesse previsto que, por norma, as reuniões são previstas, como outras actividades, na componente de trabalho no estabelecimento;

Horários do 2.º, 3.º CEB e secundário com um número de horas de trabalho individual diminuído face ao número de alunos a quem o docente lecciona por leccionar na mesma turma 2 disciplinas diferentes, como se leccionar 2 disciplinas diferentes a uma mesma turma implicasse o mesmo trabalho de preparação e avaliação para leccionar uma só disciplina.

Estes são problemas que se

podem verificar numa simples análise aos horários. Outros problemas têm ocorrido contudo ao longo do ano, nomeadamente a não dispensa da componente de trabalho de estabelecimento quando os docentes são chamados a fazer formação contínua fora do seu horário normal de trabalho e, a obrigatoriedade dos docentes compensarem as horas em falta nos cursos CEF e profissionais em dias de greve, sem serem para isso remunerados. Provavelmente, são problemas que à semelhança dos anteriormente mencionados quanto a reuniões e, a não serem tomadas medidas pela Administração, se repetirão ao longo deste ano. Horários com estas irregularidades já foram alvo de processos em Tribunal e, como na altura divulgamos, foi reconhecida a razão aos docentes queixosos.

A FENPROF reuniu, a seu pedido, com a Inspeção-Geral de Educação onde, para além de manifestar as suas preocupações face às condições negativas em que abriu o ano lectivo, apresentou um conjunto de problemas vividos nas escolas, sobretudo relacionados com a constituição de turmas e a elaboração dos horários dos docentes.

Sobre o problema dos horários de trabalho, a FENPROF entregou à IGE horários de professores pertencentes a escolas de todas as regiões do país que, na sua opinião, são claramente ilegais. Para além do problema comum das reuniões, outras ilegalidades foram identificadas, quer em relação a reduções para o desempenho de cargos, quer ao número de blocos atribuídos aos docentes. Em relação a este último aspecto, os horários dos professores de Educação Especial e, em particular, dos que trabalham tanto no 1.º como no 2.º Ciclos, são verdadeiros atentados legais às regras que se encontram estabelecidas.

Do mal o menos: cumpram-se as actuais regras

Esperamos agora que, na sequência desta reunião, em que estiveram presentes o Inspector-Geral de Educação, bem como a sua adjunta e outros responsáveis pela acção inspectiva que irá decorrer nas escolas, seja possível identificar e corrigir as ilegalidades existentes, bem como reorganizar os horários de trabalho nos termos que os diversos diplomas prevêm. Foram igualmente abordados aspectos relacionados com a constituição de tur-

mas. Relativamente à organização das turmas, foram identificados alguns dos problemas mais frequentes nas escolas, de onde avulta o desrespeito pela legislação referente à integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Também no 1.º Ciclo do Ensino Básico, são muitas vezes desrespeitadas normas que estabelecem máximos de 18 ou 22 alunos quando as turmas integram alunos de mais de dois anos escolaridade. Inaceitável é que, e esse também foi aspecto referido, por um lado, a Ministra da Educação justifique encerramentos de escolas para garantir que, em cada sala, há apenas um ano de escolaridade, mas, no terreno, as direcções regionais dividam turmas de um só ano e os repartam por salas onde há outros anos de escolaridade. Foram referidos exemplos concretos em que tal aconteceu. Por fim, no 2.º e 3.º Ciclos e no Ensino Secundário, encontram-se situações de ultrapassagem dos limites máximos impostos, com exemplos de situações em que 34 e 38 alunos na mesma turma.

Ainda quanto aos horários de trabalho, a FENPROF considera que as normas gerais para a sua elaboração desrespeitam a natureza da profissão docente e são pedagogicamente inadequadas. A FENPROF propôs, durante o processo de revisão do ECD a sua alteração tendo apresentado, em tempo útil propostas concretas. O ME optou contudo por manter a situação anterior.

Não tendo sido alteradas as regras, no mínimo, exige-se que as actuais regras sejam cumpridas e não, como acontece, permanentemente desrespeitadas. Espera-se da IGE, na actividade que agora decorrerá nas escolas, uma intervenção correctora dos problemas. Ficou também previsto que qualquer situação que surja e seja do conhecimento da FENPROF será transmitida à Inspeção para que, junto da respectiva escola ou agrupamento, possa ser regularizada. Uma acção que, naturalmente, deverá contar com o envolvimento de todos os que são hoje vítimas de ilegalidades no seu horário de trabalho. ●

Assembleia Geral do SPE/FENPROF no Luxemburgo

Os desafios do ensino português no estrangeiro e a situação sócio-profissional dos docentes

A realidade do ensino português no estrangeiro (EPE) e as principais matérias que o Sindicato tem apresentado junto do Instituto Camões, Ministério da Educação e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, estiveram em destaque na Assembleia Geral (AG) do Sindicato dos Professores no Estrangeiro (SPE/FENPROF), realizada no Luxemburgo nos passados dias 25 e 26 de Setembro. Mário Nogueira participou nos trabalhos. Também esteve presente Ana Cristina Martins, dirigente que faz a ligação do SPE à FENPROF.

Presidida por Glória Cardoso, a AG do SPE, que decorreu no Centro de Formação e Seminários de Remich, a cerca de 20 quilómetros da cidade de Luxemburgo, reuniu membros do Sindicato oriundos de vários países europeus (Alemanha, Bélgica, França, Suíça e Luxemburgo) e encerrou

no dia 26 (domingo) com um convívio e jornada de reflexão sobre o ensino português no estrangeiro.

Memorando reivindicativo

O primeiro dia foi marcado pelo balanço das actividades do SPE, entre Janeiro de 2009 e Setembro de 2010, registando-se as intervenções dos dirigentes dos núcleos e da direcção do SPE, incluindo o seu Secretário-Geral, Carlos Pato. A discussão em torno do memorando actualizado e enriquecido com novas propostas, foi outro momento saliente do primeiro dia de trabalhos da AG, que dedicou particular atenção às negociações com a Secretaria de Estado das Comunidades e o Instituto Camões sobre a avaliação de desempenho (o SPE exige a criação de um Conselho de Avaliação eleito pelos professores) e também à necessidade de recuperação da representatividade sindical em órgãos de decisão como os conselhos consultivos consulares.

A organização interna do SPE, com destaque para o funcionamento e a aposta na dinamização dos seus diferentes núcleos, foi abordada no segundo dia da Assembleia Geral, que ouviu o Secretário-Geral da FENPROF. Mário Nogueira deu



uma panorâmica da acção e luta dos professores portugueses, comentou a situação que se vive no país, realçou o trabalho desenvolvido pelo SPE e apelou à mobilização de todos os educadores e professores na defesa dos seus direitos e da escola pública de qualidade. ●

INFO www.fenprof.pt | www.fenprof.pt/SPE





Comemorações Dia Mundial dos Professores

Iniciativas a promover pela FENPROF:

LISBOA

9 de Outubro (sábado)
Esc. Sec. de Camões, Lisboa
Hora início – 14.30h

Painel

Ana Maria Bettencourt
Presidente do CNE
Rui Canário
FPCE da Univ. de Lisboa
Luis Iglésias
Federação de Ensino CCOO, Espanha
Andre Robert
Univ. de Lyon, França

Encerramento

Mário Nogueira
Secretário Geral da FENPROF

Momento musical com:
Manuel Freire

“Os Professores, Em defesa da Escola Pública”

FUNDÃO

16 de Outubro (sábado)
Moagem, Cidade do Engenho e das Artes, Fundão
Hora início – 14.30h

1º Painel

“O Homem e o Pedagogo Salvado Sampaio”

Mário Nogueira
Secretário Geral da FENPROF
Carvalho da Silva
Secretário Geral da CGTP-IN
António Teodoro
Docente/Investigador da Universidade Lusófona
Fernando Paulouro
Director do Jornal do Fundão

2º Painel

“A Escola Pública hoje: constrangimentos e desafios”

Almerindo Janela Afonso
Investigador no Inst. de Educação e Psicologia da U Minho
Mário Nogueira
Secretário Geral da FENPROF

Exposição

“O Homem e o Pedagogo Salvado Sampaio”
(Em parceria com o Jornal do Fundão)

De que serve lamentar a precariedade? É preciso é que a combatas!

Precariedade é não saberes se vais trabalhar ou se este não será o último contrato por muito tempo. Não saber quais as condições, horário completo, um mês, vários meses, até Agosto... Não saber onde serão os próximos meses da tua vida.

Não saber se vais continuar o que gostas ou se tens de começar tudo de novo. Não pensar que, na melhor das hipóteses, tudo se repetirá para o ano: a incerteza, a angústia, o desalento, a vida desorganizada, o SOS à família, os sonhos outra vez adiados. É sempre a ameaça do desemprego.

Professores em falta, candidatos à espera e o Ministério a retardar colocações. Milhares de dias de serviço e seres tratado/a como se quisesse estar de passagem. Ser alvo de tropelias, erros de colocação, atropelos, de injustiças, dos critérios que tresandam a manipulação. Obedecer e agradar para além do profissionalismo, ter de calar sugestões e críticas, esconder que tens opinião. Precariedade é ser tratado/a como se em vez de pessoa, trabalhador, profissional qualificado, professor, fosses descartável irrelevante, “aí vai, borda fora!”...

Precariedade é continuar mal pago/a pelo teu trabalho esforçado e profissional. Não ter carreira, um trajecto de melhoria de vida que valorize o que fazes apesar dos obstáculos que te criam. Apreensão constante sobre o futuro, retirando tempo, entusiasmo e atenção ao presente. Precariedade é o governo negar-te o lugar de quadro, quando o que fazes já há muito que não é temporário.

Não tem de ser nem deve ser. Mas os governos, como os temos tido, continuarão a aprofundar a precariedade no trabalho, excepto se se tramarem com isto; se os tramarmos, pois. Desprezam o cálculo dos enormes prejuízos de fundo que provocam às escolas, à Educação, à grande maioria das pessoas envolvidas; a ti. Contabilizam as sórdidas compensações do imediato: pagar menos, subjugar mais e, com a indiferença de quem trata pessoas como pedras do seu jogo político, económico e financeiro, usam os/as trabalhadores/as, mesmo anos a fio, para a seguir deles se descartarem, um/a a um/a ou, triunfantes, em massa! São muitos milhares os docentes a quem o governo recusa a estabilidade profissional que já deviam ter; outros tantos a quem o governo não proporciona um horizonte devido de estabilidade.

A FENPROF lançou o **Guia de Sobrevivência dos/as Professores/as e Educadores/as Contratados/as**, pretexto para falar publicamente da condição a que a preferência governamental pela precariedade sujeita dezenas de milhar de colegas e suas escolas. A FENPROF não promove mansidões: a sobrevivência que dá nome ao GUIA passará, inexoravelmente, por forçamos a alteração destas más políticas de quem governa.

É preciso castigar quem governa mal. E não é a esperar pelo voto que isto se faz. É na pressão política e social que expressa o desagrado, a discordância, a intransigência com as políticas erradas e com os errados rumos que elas produzem; é na pressão para que propostas alternativas, como as que a FENPROF apresenta, tenham mesmo de ser ouvidas e consideradas por quem está no poder! Professor/a ou educador/a que não entender isto, continuará só a debater-se por uma sobrevivência sempre precária, apenas a prazo...

A FENPROF pede uma reflexão individual sobre o que cada um está disposto/a a fazer para alterar a realidade em que se joga o seu próprio futuro. A FENPROF apela à disponibilidade de cada um/a para, em conjunto, tornarmos a luta contra a precariedade um incómodo insuportável para o poder: é preciso fazê-la em todas as oportunidades, nas reuniões e plenários que já estão a ser promovidos pelos sindicatos da FENPROF, em todas as acções com outros trabalhadores, sejam elas manifestações, greves ou outras iniciativas, pressionando o poder e alertando a opinião pública.

A FENPROF apela, desde já, a uma grande acção nacional que projecte no país reivindicações justas e essenciais como a da realização de concursos em 2011 e a da consagração de regras de vinculação para os docentes contratados! Nada disto se consegue se não houver mobilização e combatividade dos/as colegas contratados/as e desempregados/as. ●

**A FENPROF luta contra a precariedade que o governo te impõe.
É preciso que tu lutes com a FENPROF.**



É na pressão política e social que expressa o desagrado, a discordância, a intransigência com as políticas erradas e com os errados rumos que elas produzem



Avaliação do Desempenho Docente:

Apesar dos Esforços da FENPROF, Permanece um Mau Modelo

Quando me solicitaram um texto sobre a Avaliação do Desempenho para o JF, veio-me, de imediato, à mente, uma frase atribuída a Einstein e muito em voga durante o período da guerra-fria: "Não sei como vai ser a 3ª guerra mundial mas sei que a 4ª será à pedrada e à paulada".

Mais do que um prognóstico de um futuro caótico e de um conflito avassalador, Einstein previa, então, a necessidade de limpar o mundo complexo e conflituoso que criámos e a consequente retoma de todos os processos comportamentais primitivos como forma de reconstruir os caminhos da existência, das interações humanas e dos modelos comportamentais. Com a Avaliação do Desempenho Docente estamos numa rota similar. Não é possível prever exactamente as consequências de implementação do actual modelo, mas adivinha-se com facilidade a necessidade de depurar, de limpar as escolas do caos em que vão ser lançadas e, por conseguinte, de refazer e reestruturar ideias e práticas. Este será, de novo, um modelo indutor de instabilidade, de conflitualidade e de injustiças e, em pouco tempo, terá um efeito altamente corrosivo no ambiente das escolas. O profissionalismo dos professores e educadores resiste a muitas atrocidades, mas dificilmente resistirá aos perniciosos efeitos que este enxerto de árvore má transportará consigo. Os professores, os alunos, a Escola Pública mereciam outro cuidado e outro respeito.



Este será, de novo, um modelo indutor de instabilidade, de conflitualidade e de injustiças e, em pouco tempo terá um efeito altamente corrosivo no ambiente das escolas



JOÃO PAULO VIDEIRA (Membro do SN da FENPROF)

A FENPROF lutou para que a situação fosse diferente. Apresentámos propostas coerentes e credíveis que foram sucessivamente descartadas pelos irmanados Ministérios de Maria de Lurdes Rodrigues e Isabel Alçada. Na impossibilidade de ver ser aceites as nossas propostas, tentámos resgatar o mau modelo do ME com propostas que atenuariam os seus efeitos e o tornariam de implementação mais viável. Também essas foram rejeitadas. Antes e depois do Acordo de 8 Janeiro. Primeiro negociando um modelo, depois negociando a sua regulamentação. O ME sabe o que vai acontecer porque a FENPROF lho disse. Explicámos quais seriam as consequências desta insanidade e nem assim houve o mínimo recuo.

Com Objectivos Individuais facultativos e igualmente inócuos, com um sistema de quotas e constrangimentos à demonstração livre e digna do mérito absoluto, com a vergonhosa menção de "Regular", com a figura do "Relator" nomeado, com todo o processo a repetir-se em ciclos bienais o ME estatuí o caos e diz aos professores que dar aulas com competência científica e pedagógica, que prepará-las, que acompanhá-las, que investigar, tudo isso é muito pouco importante na medida em que o tempo deve ser canalizado para o processo avaliativo. A avaliação deveria ser algo de meramente periférico no desempenho profissional dos docentes, algo que fácil e naturalmente se incorporasse no seu quotidiano, mas não será. Será algo que, pelo tempo e pela disponibilidade mental e intelectual que roubará aos professores e educadores, se há-de converter num obstáculo ao desempenho propriamente dito, numa falácia avaliativa que terá os mesmos resultados que a anterior: deteriorar o ambiente das escolas e avaliar muito pouco ou nada!

E este erro é mais grave do que o anterior precisamente porque já havia a experiência e o conhecimento do que é esta avaliação. Não sei, colegas, como será este ano lectivo em matéria de Avaliação do Desempenho, mas sei o que acontecerá depois dele: a emergência de limpar toda esta trapalhada! ●

Vendilhões de ilusões

Os governos de José Sócrates ficarão marcados, na Educação, pela venda de ilusões aos portugueses, pelo facilitismo e permissividade, relativamente às responsabilidades de alguns actores, e pela ausência de reformas estruturais na escola (alguém concebe que continue a actual profusão de disciplinas e aumento da carga horária dos alunos?).

Entre as ilusões que têm sido vendidas, destaque-se a fabricação de resultados (por via da manipulação estatística de forma a esconder os níveis reais de sucesso/insucesso); a ideia da proibição da reprovação por decreto (sem atender ao contexto social e cultural do país e sem ter uma real alternativa ao "chumbo"); aceitação da indisciplina e violência nas escolas (ideia que a disciplina é um mal, erosão da autoridade dos docentes e desresponsabilização de pais e estudantes); a ideia falsa (economicista) que os mega agrupamentos contribuem para a melhoria do ensino e da aprendizagem (lá fora os países regressam às escolas mais pequenas para melhorar os resultados).

A recente mensagem de abertura do novo ano escolar da Ministra da Educação, Isabel Alçada, deixa bem à mostra que não existe a consciência da realidade, nem sentido prático na resolução dos problemas estruturais, com que o sistema educativo se debate (e agoniza).

Será apenas com sorrisos, alegria e optimismo que tudo se resolve? Será com falinhas mansas e paternalismos que se incute, por exemplo, hábitos de disciplina e

trabalho nos estudantes ou se criam melhores condições para o processo de ensino e de aprendizagem e se dê esperança e expectativas de sucesso para muitos alunos com dificuldades?

Não basta o jogo de palavras nem o malabarismo político. É preciso falar verdade e agir com realismo. Sobretudo em matérias como a Educação.

Espera-se que um governo resolva os problemas fundamentais, em vez de se obstinar na delapidação da carreira, salário, liderança, imagem social, condições de trabalho e expectativas de realização profissional dos professores, vendendo a ilusão que assim se melhora o ensino. ●



NÉLIO DE SOUSA | neliodesousa@gmail.com



Há milhares de professores com contrato precário, apesar do carácter permanente do seu contrato.

Não têm estabilidade de emprego, nem progressão na carreira, nem direitos de outros docentes.

**Professor/a contratado/a:
A tua vinculação é fundamental!
Entrar nos quadros passa por concursos em 2011.**

Luta pelo teu futuro!

Este Guia está disponível em qualquer sede ou delegação dos Sindicatos da FENPROF



Cimeira da FCSAP

Aprovada Proposta Reivindicativa para 2011

A Cimeira da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), em reunião realizada no passado dia 22 de Setembro, aprovou a Proposta Reivindicativa para 2011 e uma Resolução em defesa dos serviços públicos.

O cenário criado que suscita grande preocupação nos portugueses é o da mediatização da crise para justificar um leque muito amplo de medidas muito restritivas dos salários e dos direitos dos trabalhadores da administração pública.

Recorrendo a economistas da área do poder e do centrão, o governo e o maior partido da oposição vão fazendo passar a mensagem da necessidade da redução da dívida através da redução do investimento e da despesa com salários dos trabalhadores, apresentando panaceias para a situação que passariam pelo roubo do 13.º mês ou pela redução efectiva dos salários em 2010. A instalação desta ideia da desgraça funciona como pano de fundo para que a opinião pública aceite algumas destas medidas como solução para os problemas

que afectam o país. Sabe-se, contudo, que para as principais causas da crise, contribuem o elevado desemprego, a consequente elevação da despesa do Estado com as prestações sociais, a baixa, apesar de já crescente obtenção de receita fiscal, a qual está, também, na raiz dos problemas financeiros, como refere um comunicado da CGTP-IN (ver nesta edição).

Conscientes da profunda interligação existente entre a luta pelos nossos direitos e a defesa das funções sociais a que o Estado está constitucionalmente obrigado pelo regime democrático, é fundamental manter a pressão da acção reivindicativa em defesa de importantes direitos profissionais, tão arduamente conquistados, e de uma Administração Pública de qualidade ao serviço do povo português.

A FCSAP e os trabalhadores da AP têm desenvolvido uma luta persistente contra a execução do Plano de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e contra as inerentes e brutais alterações legislativas na AP – quer no âmbito orgânico, quer no laboral – e suas nefastas consequências para o país. Se algumas das medidas negativas foram, em parte, estancadas, no fundamental, vingaram os

Aumento de 50,00 € em todos os escalões

Índice	Escalão	Valor	+ 50 €	%
151	Contratados	1373,13	1423,13	3,64
156		1418,60	1468,60	3,52
167	1.º	1518,63	1568,63	3,29
188	2.º	1709,60	1759,60	2,92
205	3.º	1864,19	1914,19	2,68
218	4.º	1982,40	2032,40	2,52
223		2027,87	2077,87	2,47
235	5.º	2137,00	2187,00	2,34
245	6.º	2227,93	2277,93	2,24
272	7.º	2473,46	2523,46	2,02
299	8.º	2718,99	2768,99	1,84
340	9.º	3091,82	3141,82	1,62

Quadro dos valores a aplicar, caso se concretizasse a proposta de aumentos entregue pela Frente Comum ao Governo

NOTA: Convém salientar, a título de exemplo, que a actualização de 50 € para todas as posições remuneratórias se traduz para os educadores e professores contratados (índice 151) num aumento percentual de 3,64%, para os educadores e professores do 5.º Escalão (índice 235) num aumento percentual de 2,34% e para os educadores e professores do 9.º Escalão (índice 340) num aumento percentual de 1,62%.

objectivos dos diplomas do Governo e a essência do seu conteúdo de retrocesso social e civilizacional, com a inconstitucional retirada de direitos fundamentais e graves prejuízos para os trabalhadores.

Não podendo deixar de ter em conta esta realidade, a Proposta Reivindicativa que agora se apresenta aos trabalhadores da AP para discussão, consagra outras reivindicações além da vertente directamente económica.

Reivindicações

Durante o período 2000-2010, os trabalhadores da AP perderam em média 6,8% do seu poder de compra. Neste período, os trabalhadores com remunerações inferiores a 1050€ sofreram uma redução no seu poder de compra de 4,7% e os restantes uma redução de 8% - a redução média (ponderada) das remunerações de todos os trabalhadores da Administração Pública atingiu assim os 6,8%, no período considerado.

A actualização de 2,9% em 2009 – ano de eleições, em que o Governo previa uma inflação de 2,5%, o que daria um aumento real de 0,4% - não foi pois suficiente para compensar a quebra real das remunerações verificada nos dois últimos governos do PS, sendo as remunerações reais actuais inferiores às de 2005.

Assim, uma parte significativa do combate ao défice foi conseguida à custa dos trabalhadores da AP, como o próprio governo reconhece, designadamente através da perda do poder de compra das remunerações reais, do congelamento das



Uma parte significativa do combate ao défice foi conseguida à custa dos trabalhadores da AP, como o próprio governo reconhece, designadamente através da perda do poder de compra das remunerações reais e do congelamento das carreiras

carreiras, da degradação dos serviços, consequência do congelamento das entradas, ou da redução das pensões, utilizados como instrumento de redução do défice.

De acordo com os dados oficiais, considerando o período de Janeiro a Maio, as Despesas com o Pessoal na Administração Pública Central, medida em percentagem do PIB, diminuiu de 8,1% para 6,1%, o que deverá representar, só em 2010, uma redução da despesa de 3.400 milhões de euros. Por outro lado, prevê-se que, no período 2010 – 2012, o índice de preços no consumidor (IPC) aumente cerca de 3,5%.

Para evitar a continuação da quebra significativa que se tem verificado nas remunerações reais dos trabalhadores da Administração Pública, com consequências dramáticas nas suas condições de vida, apresentam-se as seguintes propostas pecuniárias:

a) Actualização de € 50 em todas as posições remuneratórias. As remunerações dos trabalhadores dos serviços periféricos externos serão corrigidas tendo também em conta as inflações locais e as respectivas variações cambiais.

b) Actualização de € 50 em todas as pensões.

c) Assegurar em cada serviço as verbas necessárias para as mudanças de posicionamento remuneratório.

d) Actualização do subsídio de refeição para € 6,50.

e) Fixação da pensão de sobrevivência em 65% da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica no regime geral.

f) Actualização de 4% nas restantes prestações pecuniárias.

g) Dedução, em sede de IRS, das despesas com formação profissional e equipamento para o exercício de funções. ●



Direitos

Exigimos a revogação e substituição da legislação da reforma na Administração Pública, resultante da implementação do PRACE, bem como o respeito pelos direitos adquiridos pelos trabalhadores e aposentados.

Algumas das situações mais graves, a corrigir no imediato:

- Alargamento da ADSE a todos os trabalhadores da AP, independentemente do vínculo contratual, incluindo as EPE e empresas municipais.

- Revogação do SIADAP e estabelecimento de um sistema de avaliação de desempenho sem 'quotas', que tenha em conta o interesse público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

- Atribuição do crédito legal de horas para o exercício da actividade sindical a todos os membros dos órgãos das associações sindicais, sem recurso a "tectos" artificiais.

- Respeito pela livre autonomia de organização dos Sindicatos.

- Cumprimento efectivo do direito à formação profissional e contínua, incluindo a formação dos trabalhadores em Segurança e Saúde no Trabalho (SST), com a concessão da dispensa de 2 dias por mês aos candidatos a representantes de SST, para poderem participar nessas acções de formação.

- Recuperação e contagem, do tempo de serviço não considerado, quer para efeitos de progressão na respectiva carreira, quer para a mudança no posicionamento salarial no escalão.

- Consagração orçamental das verbas necessárias para a realização de concurso de ingresso nas carreiras da administração pública.

- Criação de condições para o desenvolvimento de serviços públicos de qualidade, incluindo escolas e serviços de saúde, designadamente através da criação de um sistema de incentivos à fixação de trabalhadores em zonas isoladas e/ou desfavorecidas.



Do relatório sobre o combate à fraude e evasão fiscais de 2009, que o Governo elaborou e entregou na Assembleia da República, conforme estabelece o artigo 136º do Orçamento de Estado 2010, a CGTP-IN realça os seguintes aspectos:

Em primeiro lugar, considera como o aspecto mais saliente do Relatório, o facto da eficiência fiscal, medida pela diferença entre a taxa de crescimento da receita cobrada pela Administração Fiscal e a taxa de crescimento nominal do PIB, registar o valor de menos 12,4 pontos percentuais. Ou seja, segundo o Ministério das Finanças, os progressos feitos entre 2005 e 2008, em que o crescimento das receitas fiscais foi superior ao crescimento do PIB (mais 11,2% neste período), foram mais que desbaratados apenas num só ano, em 2009, ano em que o crescimento das receitas foi inferior ao da economia em 12,4%.

	2005	2006	2007	2008	2009
Eficiência fiscal	+3,0	+2,8	+3,8	+3,0	-12,4

O Relatório das Finanças não esclarece as razões para esta situação de forte afundamento das receitas fiscais ocorrido em 2009 - de acordo com o Boletim da Execução Orçamental de Dezembro de 2009 essa perda de receitas fiscais foi de 6.131 milhões de euros, ou seja, menos 15% relativamente a 2008 - razões que

Fraude e evasão fiscais

CGTP-IN exige maior combate

importaria esmiuçar e compreender profundamente para tomar as medidas de política que impeçam repetições futuras.

Acresce que a partir de 2007 - ano em que atingiu 1.633 milhões de euros, a cobrança das dívidas ao Estado tem diminuído, passando para 1.548 milhões de euros em 2008 e para 1326 milhões de euros em 2009. Também o número de instaurações de processos de contra-ordenações tem vindo a baixar desde 2007 (cerca de 50 mil entre 2007 e 2008 e cerca de 90 mil entre 2008 e 2009), indiciando uma menor actividade nesta matéria.

Finalmente, refira-se que de acordo com o Relatório "a dívida líquida era em 31/12/2009 de 7,3 mil milhões de euros (valor que representa 4,4% do PIB) e que o total de activos rondaria os 16,9 mil milhões euros, sendo a dívida suspensa de 6,8 mil milhões de euros e os montantes declarados em falha de 2,8 mil milhões de euros.

A CGTP-IN não subestima alguns dos aspectos positivos, em matéria fiscal, em 2009 face a 2008, constantes no Relatório sobre o Combate à Fraude e Evasão Fiscais em 2009, designadamente, mais acções de inspecção, mais declarações modelo 3 de IRS preenchidas e menos divergências detectadas, mais acções de tributação e maior montante resultante da tributação por métodos indirectos e maior eficiência no sancionamento das infracções fiscais pela via do processo de contra-ordenações como a quebra do tempo médio de instauração e de conclusão dos processos, maior número de processos concluídos e remetidos ao Ministério Público, maior número de processos de execução fiscal.

Mas existe um largo caminho a percorrer em matéria de evasão e fraude fiscais, impõe-se que o Governo use todos os instrumentos que tem para combater esta situação que é profundamente injusta, e que influência negativamente as receitas do Estado. A situação do país terá provocado efeitos perversos e terão mesmo agravado, em 2009, a coberto da crise, situações e comportamentos oportunistas por parte de muitos contribuintes para fugirem às suas obrigações fiscais, designadamente em matéria de IVA e de sub-declaração de rendimentos, o que exige um forte combate.

A CGTP-IN sempre tem defendido a

necessidade de um combate sério à fraude e evasão fiscais de forma a eliminar um dos mais graves problemas do país, que tem gerado desequilíbrios, injustiças e faz recair sobre os contribuintes cumpridores um esforço fiscal adicional para financiamento das despesas públicas. Em situação de dificuldade financeira do Estado como a que vivemos, essa preocupação pela obtenção de receitas e de fazer cumprir as obrigações fiscais a todas as entidades e a todos os cidadãos tem de merecer a maior atenção por parte do Governo.

Não se pode aceitar, por exemplo, que mais de 20% da actividade económica seja economia paralela, à qual tem de se dar um firme combate, e que não sejam arrecadados anualmente pela administração fiscal uma boa parte dos mais de 10 mil milhões de euros que fogem ao fisco e que, simultaneamente, se pretendam resolver os problemas de desequilíbrio do Estado impondo medidas que fragilizam os grupos sociais economicamente mais débeis, como tem sucedido com a protecção aos desempregados e com as prestações e apoios sociais.

A Assembleia da República, no entender da CGTP-IN, devia realizar uma discussão aprofundada do relatório, que faria todo o sentido ocorrer antes da discussão do OE/2011, nomeadamente sobre a eficiência fiscal e a cobrança de dívidas e como dar combate à economia paralela, para aumentar a capacidade financeira do Estado.●



A CGTP-IN sempre tem defendido a necessidade de um combate sério à fraude e evasão fiscais de forma a eliminar um dos mais graves problemas do país



Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública

Cimeira aprova resolução

Os trabalhadores merecem condições de vida dignas

Os portugueses merecem serviços públicos de qualidade

Este é o lema que dá título à Resolução da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), aprovada em 22 de Setembro, em Cimeira de organizações Sindicais e cujos traços principais integram a Proposta Reivindicativa para 2011.

Para a FCSAP o momento é particularmente grave e a situação social e profissional dos trabalhadores do Estado sentiram um "substancial agravamento, ao longo dos últimos anos, das suas condições de vida e de trabalho".

É por essa razão que na Resolução aprovada os Sindicatos reafirma a sua luta por salários e pensões dignos, con-

tra o congelamento e a sua diminuição real, e pela estabilidade laboral, contra a destruição do vínculo de nomeação e a introdução da possibilidade de despedimentos. No texto aprovado, pode ler-se, também a exigência de "um sistema de avaliação justo e exequível, contra o injusto e irracional sistema de quotas do SIADAP", da "reposição dos direitos retirados na aposentação" e da "contagem de todo o tempo de serviço".

No centro das suas reivindicações e em defesa do trabalho de interesse e serviço público, os trabalhadores da administração pública manifestam-se, também, "contra a destruição das carreiras profissionais, a polivalência e a mobilidade especial" e contra "a externalização e a privatização de serviços públicos", medida que, como pode ler-se no texto da Resolução não está de acordo, aliás, com a Constituição

da República", contribuindo para a degradação dos serviços públicos.

Referem os Sindicatos que as alterações introduzidas ao nível da legislação regulamentadora do trabalho e dos serviços públicos, nomeadamente através da aplicação do PRACE, "configuram um retrocesso social e civilizacional, que põe em causa os direitos dos trabalhadores da Administração Pública e o Estado democrático", para defenderem logo de seguida que "só a luta consciente e abnegada dos trabalhadores e dos seus sindicatos de classe, por melhores condições de vida e de trabalho, impediu uma ainda maior degradação da situação social que hoje se vive."

Para a FCSAP existe uma estreita ligação entre a luta dos trabalhadores da administração pública e a defesa dos direitos dos portugueses e dos serviços públicos,



rejeitando que seja "com a redução do poder de compra dos trabalhadores e o aumento das desigualdades sociais a ele associadas que se recuperará a economia do país".

Defende ainda a Frente Comum que, "ao contrário do que afirmam (PS, PSD e CDS) a saída da crise só é possível com a melhoria das condições de vida e de trabalho, designadamente dos trabalhadores da Administração Pública, e com o reforço do investimento público em actividades que potenciem o desenvolvimento económico nacional e a prestação de serviços públicos de qualidade à população – designadamente, na Educação, na Segurança Social, na Saúde e na Justiça."

A Frente Comum assume luta para defender emprego, salários e direitos

A redução contínua dos salários reais na AP, nos últimos 11 anos, acompanhada da retirada de direitos e da diminuição do emprego o que também se traduz numa diminuição das receitas do Estado em impostos – demonstra com clareza que, ao contrário do que afirmavam os seus defensores, também o país ficou mais pobre, agravando-se a sua situação económica. Em contrapartida, o sector financeiro é acarinhado pelo governo, que lhe atribui chorudas benesses, e continua a apresentar lucros escandalosos. ●



Só o aprofundamento da luta dos trabalhadores permitirá estancar o agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores e das camadas desfavorecidas da população e perspectivar a sua inversão.

Quem não se lembra dos 20.000 milhões de euros postos à disposição da Banca, dos cerca de 4.500 milhões "enterrados" no BPN, ou dos lucros dos 5 maiores bancos, no ano de 2009, a atingirem 1.725 milhões, enquanto a taxa efectiva de imposto pago pela Banca em 2009 foi de 4,3% (a generalidade das empresas paga de IRC e derrama 26,5%).

Até o financiamento do Banco Central Europeu ao Estado português tem de passar pelos bancos, que desse processo retiram gordas comissões, contribuindo assim para o aumento da dívida pública. Também as empresas que prestam serviços essenciais às populações e foram anteriormente privatizadas acumulam lucros brutais (EDP: 1204 milhões e PT: 683 milhões, em 2009), continuando a usufruir de escandalosos benefícios fiscais e, ao mesmo tempo, a aumentar o custo dos seus serviços, que agravam ainda mais as condições de vida das famílias portuguesas.

Por outro lado, o governo não reduz os desperdícios existentes na Administração Pública: por exemplo, na aquisição de serviços que podem ser efectuados internamente (estudos, auditorias, pareceres jurídicos, etc.); na frota automóvel; nas despesas de representação; ou na externalização de serviços.

Cai pela base o estafado e desacreditado argumento dos sacrifícios para todos. E a distribuição do rendimento nacional não deixa dúvidas: a percentagem dos salários no PIB subiu de 47,4%, em 1973 (último ano do fascismo), para 59% em 1975, desceu para 35% em 2005 e desceu ainda mais em 2009, para 34,1%.

Tendo em conta esta realidade, a Proposta Reivindicativa Comum para 2011, consagra reivindicações que vão além da vertente directamente pecuniária.

Também se constata que o governo não respeita o quadro legal da negociação previsto na Lei 23/98, de 26/5, e impõe, com os PEC e o OE, cortes nos salários e pensões e nos direitos, ao mesmo tempo que utiliza uma postura de (falsa) negociação para enganar a opinião pública sobre os seus objectivos e métodos.

A Frente Comum continuará a exigir e a lutar por uma verdadeira negociação, nomeadamente no que respeita à matéria salarial e restantes prestações pecuniárias, matéria que terá de ser negociada em primeiro lugar.

A Frente Comum decidiu, também:

- Convocar um Plenário de dirigentes, delegados e activistas sindicais para a 2.ª quinzena de Outubro, em local, dia e hora a determinar;

- Acompanhar os processos de luta em desenvolvimento e apresentar nesse Plenário um calendário com as novas formas de luta necessárias para combater os ataques anti-trabalhadores do governo, o que poderá passar pela realização de greves.

Fórum Mundial da Educação: Pela primeira vez na Europa



Integrado no FORO 2010 – conjunto de iniciativas no âmbito da Cultura de Paz, a realizar durante o mês de Dezembro de 2010 –, vai realizar-se em Santiago de Compostela, Galiza, entre os dias 10 e 13, sob o lema **EDUCAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E CULTURA DE PAZ**, o Fórum Mundial da Educação Temático (FME).

Caracterizado pela pluralidade e diversidade, o FME – que integra o processo do Fórum Social Mundial (FSM) –, e tendo como base a sua Carta de Princípios, é um movimento pela cidadania planetária e pelo direito universal à educação, constituindo-se como um espaço de diálogo entre todos os que, no mundo globalizado, desenvolvem projectos de educação popular e de combate ao neoliberalismo.

Como todos os Fóruns "agregados" ao FSM, o FME – cujo Conselho Internacional a FENPROF integra –, funciona de modo auto-gestionado e auto-organizado, motivo pelo qual há cotas de inscrição no sentido de garantir o seu auto-financiamento. Os participantes no FME são quem propõem as actividades – em torno da educação, da investigação e da cultura de paz –, bem como os formatos adoptados. Os promotores das propostas que vierem a ser acolhidas no

programa do FME são os responsáveis pelo seu desenvolvimento, cabendo ao Comité Organizador proporcionar os espaços para a realização das diferentes iniciativas, bem como a sua inclusão no programa.

Neste ano de 2010, o Conselho Internacional do FME tem na sua agenda, para além do FME de Santiago de Compostela, outros dois eventos, o Fórum Mundial da Educação Infantojuvenil – já realizado no passado mês de Fevereiro em Osasco (São Paulo, Brasil) e um Fórum Mundial sobre Multiculturalidade, na Palestina, a realizar entre os dias 28 e 31 de Outubro, com actividades auto-organizadas – realizadas em simultâneo em Haifa, Ramallah, Jerusalém, Gaza e Líbano –, apresentando

também a possibilidade de iniciativas "auto-expandidas", com interconexões entre os locais referidos e o resto do mundo. Este Fórum, com um valor simbólico inquestionável, no contexto actual de uma Palestina ocupada, converte-se num acto concreto de solidariedade com o povo palestino e a sua resistência à ocupação, ao apartheid e ao colonialismo. É este um dos motivos que leva a FENPROF, em conjunto com a Confederação Intersindical Galega (CIGA-Ensino), a propor e promover no FME de Santiago de Compostela uma actividade sobre as questões da Educação e da Paz, com a participação de professores da Palestina e da República Árabe Saharaui Democrática. ●

Eixos temáticos do FME

Articulando relatórios e mesas redondas, com a divulgação de experiências e apresentações abertas, estão já previstas para além das sessões plenárias, uma em cada dia, mais de cem iniciativas que, apoiadas em metodologias activas e participativas, irão permitir a articulação de experiências de diferentes contextos internacionais e locais. O FME constituirá também um espaço de balanço dos principais objectivos alcançados com o Decénio da Cultura de Paz das Nações Unidas e procurará identificar os principais desafios para o futuro.

O programa do Fórum está estruturado em quatro grandes eixos temáticos:

1. A Cultura de Paz (Dia 10)

Comunicação para a paz. Cidadania global e governação cosmopolita. Mulheres e construção da paz. Culturas, identidades e religiões. Meio ambiente e paz. A prevenção da paz. Balanço e perspectivas do Decénio.

2. A Educação para a Paz (Dia 11)

Educação para todos: o desafio do século XXI. Mediação e resolução pacífica dos conflitos: a educação para a convivência.

A educação intercultural. A educação e as novas tecnologias: oportunidades para a paz. Novos enfoques e metodologias. Educar para a cidadania, os direitos humanos e a democracia.

3. A investigação para a paz (Dia 12)

Tendências e desafios na investigação para a paz no século XXI. Propostas para o desarmamento. Medir a paz: como avançar para a um mundo mais pacífico. A proliferação nuclear. Crises humanitárias e exércitos. A reforma de Nações Unidas. As novas formas de violência no século XXI. Para uma sociedade civil global.

4. A Aliança de Civilizações e os Objectivos do Milénio (Dia 13)

Desenvolvimento e paz: para além dos ODM. Superar a pobreza e a miséria. Migrações, direitos humanos e paz. Diálogo intercultural e inter-religioso. Balanço e perspectivas de futuro.

INFORMAÇÕES:

Secretaria Geral do Fórum 2010
Rúa do Valiño, 13-1º
15703 Santiago de Compostela (GALIZA)
Telefones: 981 554 053 e 981 561 956
<http://www.foro2010.org>
paz@sgep.org

MANIFESTAÇÃO

20 Novembro - 15h
Marquês de Pombal ▶ Restauradores



A cimeira de chefes de Estado e de Governo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), agendada para Novembro, em Lisboa, visa rever o conceito estratégico da organização no sentido de alargar o seu campo de intervenção.

A NATO é uma organização militar agressiva formada por 28 países da Europa e da América do Norte ao serviço dos interesses estratégicos norte-americanos.

A NATO mantém o mundo refém da corrida aos armamentos, da ameaça de guerra e do terror nuclear. Depois de 1991, de estrutura dita "defensiva" a NATO passou abertamente a organização ofensiva, apostada em esmagar os direitos dos povos, violar as soberanias nacionais, subverter o direito internacional. A sua presença no planeta ampliou-se através de uma rede de bases militares, de novos comandos e de parcerias que se estendem ao Atlântico Sul, à África e ao Oceano Índico.

As primeiras guerras "declaradas" da NATO foram contra a Jugoslávia, em 1999, contra o Afeganistão, em 2001, e

recentemente, no território do Paquistão. Na base da designada "cooperação Atlântica", a NATO fomenta a militarização da Europa. Doze países do Leste europeu foram armados e integrados na NATO. A União Europeia tornou-se no pilar europeu da NATO. A pretexto de reforçar a sua "capacidade de defesa e



São muitas as iniciativas que decorrerão em todo o país e que culminarão na manifestação nacional de Novembro. O contacto directo com as populações, a distribuição de informação e a subscrição do apelo são algumas iniciativas que, na rua e na internet, vão decorrendo e mobilizando cada vez mais portugueses.

segurança", o Tratado de Lisboa acentuou o envolvimento dos países europeus nas estruturas políticas e militares da NATO.

Portugal não escapa a esta situação. Membro fundador da NATO por obra do regime fascista, mantém-se há mais de sessenta anos dependente dos interesses dos EUA e das grandes potências europeias. Os compromissos assumidos pelos sucessivos governos têm-se traduzido em apoio político e participação directa nas agressões da NATO, sem que a população portuguesa tenha tido oportunidade de se pronunciar.

O actual Governo – que invoca a crise para efectuar profundos cortes nas despesas sociais – gasta cada vez mais milhões de euros com a adaptação das forças armadas às exigências da NATO e com os contingentes que põe ao serviço das suas aventuras militares.

O empenhamento de Portugal na NATO colide com os princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas (de que Portugal é signatário) e da Constituição da República Portuguesa: não ingerência, não agressão, resolução pacífica dos conflitos, igualdade entre estados; abolição do imperialismo, do colonialismo e de quaisquer outras formas de agressão, domínio e exploração; desarmamento, dissolução dos blocos político-militares.

Por isso, a cimeira da NATO não é bem vinda a Portugal.

É, pois, necessário uma ampla campanha nacional para:

- Repudiarmos a realização da cimeira da NATO em Lisboa e os seus objectivos belicistas;
- Exigirmos a retirada de Portugal da NATO e o fim das bases militares estrangeiras em território nacional;
- Exigirmos o cumprimento das determinações da Carta das Nações Unidas e da Constituição da República Portuguesa, em respeito pelo direito internacional e pela soberania e igualdade dos povos;
- Exigirmos o desarmamento, o fim das armas nucleares e de destruição maciça, e a dissolução da NATO. ●

STAPLES®

Tudo para fazer um bom negócio.

PROFESSOR+ SOME PONTOS E GANHE PRÉMIOS

NESTE REGRESSO ÀS AULAS RECEBA UMA OFERTA DE ADESÃO E GANHE PRÉMIOS AO RECOMENDAR OU COMPRAR COM O SEU CARTÃO PROFESSOR+

Adira ao cartão Professor + e receba um tapete de rato feito especialmente para si. Junte pontos e troque pelos inúmeros prémios existentes no catálogo.

VANTAGENS CARTÃO PROFESSOR+

- 7,5% de reembolso em Papelaria, Material Escolar, Calculadoras, Dicionários e Gramáticas.
- 10% de reembolso em serviços no Centro de Cópias e Impressão.
- Reembolso e desconto imediato em produtos seleccionados.
- Uma vasta gama de parcerias que lhe permitem poupar em produtos e serviços.

COMO ADERIR

Vá a uma loja Staples e solicite o formulário de adesão ou faça download do mesmo em www.professormais.com.

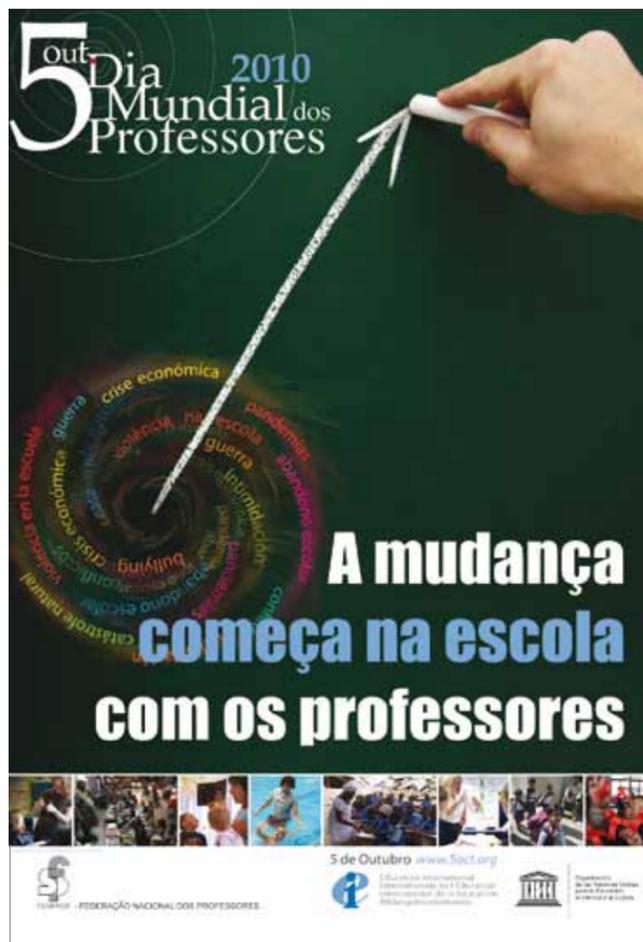
Campanha válida de 16 de Agosto a 15 de Outubro de 2010.

CALCULADORA CASIO FX 85 ES
Visor matricial com 10+2 dígitos.
Memórias: 9. Funções: 249.
Alimentação: pilhas e energia solar.

CALCULADORA TEXAS TI 82 STATS
Visor de 8 linhas e 16 caracteres. Memória RAM: 32KB. Funções estatísticas, financeiras e gráficas. Programável.

CALCULADORA TEXAS TI VOYAGE 200 NV
Teclado QWERTY, novos ícones no desktop para fácil navegação e organização das suas aplicações. Visor 128x240 Pixels. Funções avançadas. Programável. Tecnologia Flash ROM.

* Preço válido de 23 Setembro a 19 Outubro de 2010.



5 de Outubro

Dia Mundial dos Professores e homenagem a Salvado Sampaio

O Dia Mundial do Professor, assinalado em 5 de Outubro, dia, também, em Portugal, de grande significado com a comemoração da revolução republicana de 1910, tem assumido, no calendário da Internacional de Educação, de que a FENPROF é membro, e da UNESCO, uma extraordinária importância, registando em todo o mundo e em todas as latitudes diversas iniciativas, sejam elas de luta pelos direitos dos professores, sejam de defesa da escola pública, inclusiva e democrática.

No nosso país, tem sido a FENPROF a principal protagonista de marcantes acções, umas vezes em Plataforma de Sindicatos de Professores, nos acesos ANOS de luta que temos vivido contra o ataque aos docentes perpetrado pelo governo José Sócrates, seja através de acções organizadas pela nossa Federação.

Este ano, mais uma vez, esta importância de se comemorar o Dia Mundial do Professor, de forma a que o Centenário da República não se sobreponha à visibilidade que uma acção destas merece, será afirmada em duas datas, dois sábados, em 9 e 16 de Outubro. Lembraremos uma personagem ímpar da história da investigação e da política recente, pelo que deixou de património de pensamento e registo sobre a educação, a economia social e a sociedade portuguesa, não só na resistência ao fascismo, mas particularmente no pós 25 de Abril. É ele Salvado Sampaio, com quem, fisicamente, já não podemos, infelizmente, contar. Esta homenagem dos professores portugueses e de todos os que a ela quiseram associar-se, descrita com mais pormenor na página 10 desta edição, será, seguramente momento alto, em Portugal, desta comemoração, que, mais uma vez, assinalarão a profissão docente pelo seu relevante papel social. | LL ●

CONCERTOS

Ciclo Galp, da Casa da Música

Jazz a todo o gás!

José Paulo Oliveira (Jornalista)

O concerto duplo com o **Formanek Quartet e Tony Malaby's Tamarindo**, marcado para as 21h00 de 31 de Outubro (domingo) é, na nossa perspectiva, um dos pontos altos do **Ciclo de Jazz Galp**, que a Casa da Música organizou, para os últimos quatro meses deste ano de 2010. Como sublinham os responsáveis do projecto, "a variedade de propostas que o jazz continuamente nos oferece está bem espelhada nos concertos propostos para os últimos meses do ano"

(Setembro a Dezembro), numa agenda muito diversificada onde marcam presença nomes salientes do panorama nacional (caso de **Carlos Martins**, 20 de Novembro às 22h00) e internacional do jazz (por exemplo, **Dave Douglas e Keystone**, 9 de Novembro, 22h00). Carlos Martins (saxofone tenor), que vai levar ao festival o álbum "Água", será acompanhado por Alexandre Frazão (bateria), André Fernandes (guitarra), Nelson Cascais (contrabaixo e baixo eléctrico) e Bernardo Sasseti (piano).

Novos talentos

Da extraordinária programação deste festival de jazz – nem outra coisa seria de esperar da Casa da Música... – uma palavra para a aposta na divulgação do trabalho dos novos talentos do jazz: o **quinteto de Miguel Moreira** actua a 30 de Novembro (terça-feira), às 19h30, na sala 2. Miguel Moreira (guitarra eléctrica e 12 cordas)

apresenta um repertório exclusivamente composto por temas originais, resultado de um trabalho de pesquisa e experimentação desenvolvido nos últimos dois anos por todos os elementos do quinteto. Finalista do curso de Jazz da ESMAE, integrou o grupo da escola premiado na Festa do Jazz no Teatro S. Luiz em Lisboa e faz parte de várias formações lideradas por Mário Santos, Michael Lauren, Pedro Barreiros e António Augusto Aguiar. Acompanham o jovem músico João Mortágua (saxofones alto e soprano), Alexandre Dahmen (piano), Pedro Barreiros (contrabaixo e baixo eléctrico) e José Marrucho (bateria). ●

Assinatura Ciclo Jazz Galp

25% de desconto na aquisição de 3 concertos à escolha (disponível para aquisição na bilheteira da Casa da Música. Reservas através do Call Center: 220 120 220)

+ INFO www.casadamusica.com



Miguel Moreira

LIVROS



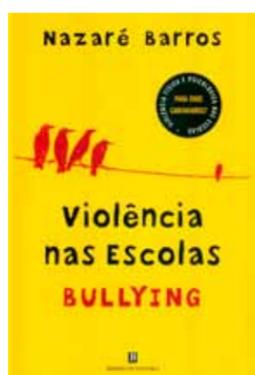
País das Maravilhas

Histórias do nosso quotidiano escolar contadas no feminino

Maria Helena Alho
hmeditora

Uma obra que integra várias histórias em que as protagonistas são mulheres que vivem a indisciplina/violência escolar. Os relatos, de facto, escutam a sua voz, procuram o seu olhar e perscrutam a sua mente sobre esses fenómenos. São também uma

oportunidade para reflectir sobre as dificuldades económicas, sociais e culturais das famílias; a ausência dos pais na escola; a falta de programas articulados com equipas multidisciplinares; o peso burocrático dos processos disciplinares; os currículos desinteressantes; o sistema de avaliação facilitador; as salas de aula degradadas; as disfunções do Ministério da Educação; os ataques sistemáticos à classe docente que agravaram o sentimento de desconfiança entre a tutela e os professores. ●



Violência nas escolas BULLYING

Nazaré Barros
Bertrand Editora

Violência nas Escolas – Bullying é um livro de partilha de reflexões sobre uma realidade actual, onde se cruzam problemas de confronto diário nas nossas escolas. A percepção desta realidade apreendida durante anos por esta professora de Filosofia é agora partilhada com um sentido, o de

trazer à sociedade visões sobre as responsabilidades repartidas deste problema sem que se aponte o dedo a alguém ou algum grupo em particular. Como refere a autora, se há entidade que ocupe espaço neste planeta sobre a qual nos devemos espantar, ela é o ser humano. Será a partir do conhecimento dessa entidade que seremos capazes de encontrar caminhos para impedir que o que é hoje um drama assumido possa ser combatido de forma consciente, através de estratégias que, por vezes, podem estar mesmo ali. ●

EXPOSIÇÃO

"CGTP-IN - 40 anos de Luta com os Trabalhadores"

De 29 Outubro a 6 de Novembro de 2010 estará patente em Lisboa (Rossio) a exposição "CGTP-IN - 40 Anos de Luta com os Trabalhadores". Horário de funcionamento: **todos os dias das 10.00 às 20.00 horas**. Trata-se de uma das iniciativas comemorativas dos 40 anos de vida, intervenção e luta da Central unitária. No mesmo período decorrerá o ciclo de debates "**Conversas no Rossio**", com início, às **18.00 horas** (programa a divulgar brevemente). Ainda em Novembro (em datas a definir) terá lugar em Lisboa e Porto o lançamento do livro "**CGTP-IN - contributos para a História do Movimento Operário e Sindical - das raízes até 1977**". Em Dezembro (datas a definir) e também nas duas cidades ocorrerá o lançamento do livro "**CGTP-IN - 40 Anos de Luta com os Trabalhadores**". ●

MÚSICA

Temporada de Cravo Óbidos 2010



A vila de Óbidos recebe uma série de concertos dedicados ao cravo. São momentos musicais em que o Barroco tem, naturalmente, um papel de destaque, num vasto programa que se prolonga **até 20 de Novembro** no Santuário do Senhor Jesus da Pedra e na Igreja de Santa Maria, com concertos diários. A não perder. ●

+ INFO www.cm-obidos.pt | tel. 262955500

TEATRO

"Hedda Gabler" no São Luiz

Os Artistas Unidos apresentam uma nova versão de "**Hedda Gabler**", de Ibsen, reescrita por José Maria Vieira Mendes e dirigida por Jorge Silva Melo. **Até 17 de Outubro** no Teatro Municipal São Luiz, em Lisboa. Segredos, frustrações, amores escondidos, dinheiro e inveja cruzam-se num espectáculo que conta no elenco com nomes como Maria João Luís, António Pedro Cerdeira, Marco Delgado e Lia Gama. ●

Todos os pormenores pelo telefone 213257650 | Quarta a sábado às 21h00. Domingo às 17h30 | Sessão com interpretação em língua gestual portuguesa: 10 de Outubro



+ INFO www.teatrosauluiz.pt